



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

### TRIBUNAL PLENO – SESSÃO DE 16/07/2014 – ITEM 13

#### AGRAVO

**TC-001233/026/11**

**Agravante:** José Antonio Caldini Crespo – Vereador à Câmara Municipal de Sorocaba e Advogado.

**Em julgamento:** Despacho publicado no D.O.E. de 27 de novembro de 2013, que indeferiu “in limine” o pedido de reexame – contas anuais da Prefeitura Municipal de Sorocaba, relativas ao exercício de 2011.

**Advogados:** José Antonio Caldini Crespo, Marcelo Palavéri, Clayton Machado Valério da Silva, Adriana de Oliveira Rosa e outros.

**Acompanham:** TC-001233/126/11 e Expedientes: TC-000754/009/11, TC-000755/009/11, TC-000854/009/11, TC-000982/009/11, TC-001004/009/11, TC-001005/009/11, TC-023207/026/11, TC-030551/026/11, TC-030552/026/11, TC-030554/026/11, TC-039989/026/11, TC-039990/026/11, TC-039991/026/11, TC-005059/026/12, TC-005919/026/12, TC-022416/026/12, TC-024377/026/12, TC-024358/026/13, TC-024363/026/13 e TC-003055/026/14.

**Procurador de Contas:** Élidea Graziane Pinto.

**Fiscalização atual:** UR-9 - DSF-I.

#### RELATÓRIO

José Caldini Crespo, Vereador à Câmara Municipal de Sorocaba, com fundamento nos artigos 52, 62 e seguintes da Lei Complementar nº 709/93 c/c artigo 152 do Regimento Interno desta Corte, interpôs Agravo de fls. 303/320, em face do despacho de fl. 302 que indeferiu “in limine”, por ilegitimidade de parte<sup>1</sup>, pedido de reexame por ele interposto nas fls. 276/301, através do qual pleiteou a alteração de Parecer favorável à



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

aprovação das contas da Prefeitura de Sorocaba, do exercício de 2011<sup>2</sup>.

O agravante insiste em sua legitimidade para recorrer das decisões desta Corte, por ser membro da Câmara Municipal, órgão que exerce a fiscalização do Município, com a titularidade do controle externo.

Alega que o despacho agravado não contém as razões de fato e/ou de direito que o embasaram, bem como seria contraditório, já que dele consta que o Vereador, integrante do Legislativo, tem a função de julgar a matéria, nos termos do artigo 31, § 2º, da Constituição Federal<sup>3</sup>.

Argumenta que sua legitimidade para ingressar nos autos estaria assegurada, por ser o Vereador um dos destinatários do parecer prévio formulado por esta Corte, órgão técnico de subsídio ao Poder Legislativo na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município, na forma dos artigos 31, § 1º e 34, IV, da Carta Federal<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> " Art. 138. A petição poderá ser indeferida *in limine* se: ... IV - for assinada por parte ilegítima;"

<sup>2</sup> proferido pela Primeira Câmara, em 17/09/13 (fls. 273/274).

<sup>3</sup> "Artigo 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. § 2º - O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal."

<sup>4</sup> "Art. 31. ... § 1º - O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver." Art. 34. Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Sua responsabilidade de fiscalizar e controlar as contas públicas, avaliar a gestão do Prefeito e verificar a obediência aos princípios constitucionais lhe asseguraria a condição de interessado e, como tal, a possibilidade de recorrer das decisões desta Corte, direito também conferido ao MPC nos termos dos artigos 53 e 71 da Lei Complementar nº 709/93<sup>5</sup>.

Na sua opinião, o Vereador teria o “status” de interessado e o Prefeito o de responsável pela gestão.

Salienta, ainda, que o direito de ingressar com denúncias junto a esta Corte evidenciaria sua condição de terceiro interessado, competente para interpor recursos nos termos dos artigos 140 e 160 do Regimento Interno do Tribunal<sup>6</sup>.

Ao final, requer a revisão da decisão interlocutória, ora agravada, pleiteando, em consequência, o conhecimento e o processamento do pedido de reexame por ele

---

... IV - exercer, com o auxílio do Tribunal de Contas ou órgão estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município;...”

<sup>5</sup> “Artigo 53 - Poderão interpor recurso o interessado no processo, a Procuradoria da Fazenda do Estado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado; Artigo 71 - O pedido de reexame poderá ser formulado somente uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer no Diário Oficial. “(grifo nosso)

<sup>6</sup> “Art. 140. São competentes para interposição dos recursos os interessados, o Ministério Público, a Procuradoria da Fazenda do Estado e o terceiro prejudicado.... Art. 160. Tem legitimidade para interpor o pedido de reexame: I - responsável ou interessado;”



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

interposto, sob pena de nulidade por inobservância do artigo 69, II, do nosso Regimento Interno<sup>7</sup>.

A d. integrante do MPC oficiante acolheu as alegações do agravante quanto à sua legitimidade para recorrer, opinando pelo provimento do agravo (fls. 350/353), em síntese por entender que o Edil teria a condição de interessado, em virtude das suas funções parlamentares de legislar e fiscalizar.

É o relatório.

SK

---

<sup>7</sup> "Art. 69. Compete ao Ministério Público: II - ter vista de todos os processos em que seja exercida jurisdição, antes de proferida a decisão, para requerer as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário, e opinar a respeito da matéria;..."



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### **VOTO PRELIMINAR**

O agravo foi interposto em 29/11/2013, em face do despacho de fls 302, publicado no DOE de 27/11/12.

Obedecidos os pressupostos dos artigos 62 e 63 da Lei Complementar nº 709/93, dele conheço.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### **VOTO DE MÉRITO**

A matéria circunscreve-se à legitimidade do Vereador para figurar na condição de recorrente em Pedido de Reexame, questão defendida pelo agravante e pela ilustre representante do d. MPC, conforme consta do relatório.

Com relação à matéria, reitero meu entendimento no sentido de que o Agravante não dispõe de legitimidade para interpor recursos em processos de contas municipais.

De início, relembro que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus Municípios, como órgão técnico de subsídio ao Poder Legislativo no controle externo, nos termos do artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 709/93<sup>8</sup> e artigo 31, § 1º, da Constituição Federal<sup>9</sup>.

Compete ao TCE/SP apreciar e emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos

---

<sup>8</sup> "Artigo 1º - O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, órgão destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de seus Municípios, auxiliar do Poder Legislativo no controle externo, tem sua sede na cidade de São Paulo e jurisdição em todo o território estadual."

<sup>9</sup> Vide nota 4.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Municípios e decidir os recursos interpostos contra as suas decisões, na forma do artigo 2º, II e XXII, da Lei Complementar nº 709/93<sup>10</sup>.

Do parecer prévio, emitido sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, somente caberá pedido de reexame, que terá efeito suspensivo. Tal pedido poderá ser formulado somente uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer no Diário Oficial, nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 709/93 e 69, V, do Regimento Interno desta Corte<sup>11</sup>.

O ex-Prefeito Vitor Lippi, responsável pela gestão, embora dispondo de legitimidade para interpor pedido de reexame do parecer prévio emitido por esta Corte, não o fez em face do parecer favorável exarado, ausente, portanto, a sucumbência.

De outra parte, o d. Ministério Público, também legitimado a propor medida contemplada em Lei Orgânica desta Corte, teve regular vista dos autos, mas não exerceu a competência

---

<sup>10</sup> "Artigo 2º - Ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos da Constituição Estadual e na forma estabelecida nesta lei, compete: ... II - apreciar e emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, excetuada a do Município de São Paulo; ... XXII- XXII decidir os recursos interpostos contra as suas decisões e os pedidos de revisão e rescisão;..."

<sup>11</sup> Artigo 70 - Do parecer prévio, emitido sobre as contas do Governador ou sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios, somente caberá pedido de reexame, que terá efeito suspensivo...Artigo 71 - O pedido de reexame poderá ser formulado somente uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer no Diário Oficial. "Art. 69. Compete ao Ministério Público: ... V - interpor as ações e os recursos previstos em lei;"



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

que lhe confere o artigo 69, inciso II, de nosso Regimento Interno, o que leva a crer sua concordância com a r. decisão agravada.

Retomando a questão da legitimidade recursal do agravante, reafirmo a posição que declinei quando indeferi o trânsito do pedido de reexame apresentado pelo Vereador José Antonio Caldini Crespo. O Edil não é parte legítima para interpor pedido de reexame nesta Corte, pois absolutamente não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 71 da Lei Orgânica desta Corte; não se trata do responsável pela gestão e sequer de terceiro interessado.

De acordo com art. 53 da Lei Complementar n.º 709/93, poderão interpor recursos o interessado no processo, a Procuradoria da Fazenda do Estado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado. E para o art. 71 do mesmo diploma legal, como já explicitado, o pedido de reexame poderá ser formulado somente uma vez, pelo responsável ou interessado, ou pelo Ministério Público, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer no Diário Oficial.

Não há, portanto, legitimação para a figura do terceiro prejudicado na interposição do pedido de reexame, justamente porque, nestes casos, o julgamento recai sobre a figura da autoridade competente. Isto porque e em tese, não se vislumbra a



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENO MARTINS COSTA

---

hipótese de prejuízo de terceiros no processo de emissão de parecer prévio sobre as contas anuais, já que estas são de responsabilidade pessoal e exclusiva do Chefe do Executivo (cf. inciso I, do art. 71 da Constituição Federal).

Fundamentalmente, o recurso de terceiro busca evitar que a sentença cause dano ou prejuízo a quem não foi parte no processo. Segundo a norma aplicável, a admissibilidade pressupõe a demonstração da relação de dependência da pretensão recursal e a relação jurídica dirimida pelo julgado, na forma estabelecida pelo §1º, do art. 499 do CPC.

Moacyr Amaral Santos<sup>12</sup> apresenta três condições que legitimam o terceiro a recorrer: a) *que haja sido estranho à relação processual como parte, ou que tivesse se tornado estranho a ela no momento do proferimento do ato decisório, ainda que pudesse ter intervindo no processo como assistente ou terceiro interveniente*; b) *que o interesse do terceiro, devidamente demonstrado, resulte de um nexo de interdependência com a relação jurídica submetida à apreciação judicial (art. 499, § 1º, CPC)*; c) *que do ato decisório impugnável haja vindo algum prejuízo*”.

---

<sup>12</sup> AMARAL SANTOS, Moacyr. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*, vol. 3. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003. págs. 95/96.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Para Nelson Rodrigues Netto<sup>13</sup>, a utilidade do recurso está conectada com a ideia de gravame, prejuízo, sucumbência, sofrido em decorrência da decisão, justificando o manejo do recurso com vistas a obter uma posição processual mais favorável, mediante o seu provimento.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça indica que o recurso de terceiro prejudicado só é admissível se demonstrado que a decisão recorrida afetará, direta ou indiretamente, a relação jurídica de que o terceiro seja titular (STJ – 3ª T. REsp 19.802-0-MS, rel. Ministro Eduardo Ribeiro, j. 05/05/92, DJU 25/05/92)<sup>14</sup>.

Nesse mesmo sentido, *"a sentença não limita seus efeitos às partes, mas se estende também a terceiros que, embora não alcançados pela coisa julgada, podem ser atingidos pela eficácia natural da sentença, causando-lhes prejuízo. É justamente o prejuízo que o terceiro, estranho ao processo, venha sofrer em decorrência da sentença que legitima sua intervenção recursal, devendo demonstrar esse interesse, que repousa sempre no binômio utilidade mais necessidade: utilidade da providência judicial*

---

<sup>13</sup> Rodrigues Netto, Nelson. Recursos no Processo Civil. São Paulo: Dialética, p. 66.

<sup>14</sup> NEGRÃO, Theotonio e GOUVÊA, José Roberto F. *Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*. 40ªed. São Paulo: Saraiva, p. 656.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENO MARTINS COSTA

---

*pleiteada, necessidade da via que se escolhe para obter essa providência” (RT 632/90)<sup>15</sup>.*

Conforme lições de doutrina e jurisprudência, cumpriria ao recorrente comprovar concretamente o interesse jurídico no feito, não mero interesse de fato, demonstrando estar alcançado pela eficácia da decisão, inclusive com o prejuízo ou lesão a direito.

Invoca o recorrente, porém, sua condição de interessado, tendo em vista o exercício da vereança junto à Câmara Municipal de Sorocaba.

Seja como interessado ou terceiro prejudicado, aquele que não é parte no processo haverá sempre de demonstrar a relação de dependência entre a sua pretensão de intervir e a relação jurídica dirimida pelo julgado desta Corte.

Ao contrário de confirmar a tese do recorrente, entendo que o exercício de mandato de Vereador até se antagoniza com o interesse de intervir no processo perante este Tribunal de Contas, tendo em vista a própria competência dos membros do Poder Legislativo municipal para deliberar, de forma legítima e soberana, sobre o parecer prévio emitido sobre as contas anuais do Chefe do

---

<sup>15</sup> Thetonio Negrão e José Roberto F. Gouvêa. Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. 40ªed. São Paulo. Saraiva, p. 656.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Executivo, consoante disposto no art. 71, I e art. 31, §2º, ambos da Constituição da República.

Aquele será o momento adequado e específico para o Vereador exercer suas funções parlamentares de legislar, fiscalizar e julgar, avaliando o conjunto de dados que envolvem as contas do Município.

E a propósito, a intervenção do recorrente no processo em andamento perante este Tribunal acarretaria inconcebível a unificação dos julgamentos exercidos pela Corte de Contas e pelo Poder Legislativo, em manifesta contrariedade à inteligência dos referidos dispositivos constitucionais e em franco desprestígio à autonomia de atuação dos órgãos técnico e político de Controle Externo.

Ressalte-se que, diferentemente do que tenta fazer crer o ilustre agravante, o direito de recorrer não se confunde com a possibilidade de denunciar irregularidades ao Tribunal, prerrogativa estabelecida pelo artigo 110 da L.C. 709/93<sup>16</sup> e que não pertence ao Vereador ou qualquer outro digno representante do povo, mas sim ao cidadão.

---

<sup>16</sup> "Artigo 110 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas."



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

A se estender o conceito de interessado a tal patamar, forçoso seria reconhecer nos eleitores domiciliados no Município o mesmo direito, já que os Vereadores são tão somente seus representantes, o que aponta a lógica do sistema constitucional estabelecido para apreciação de contas dos chefes do Poder Executivo.

Enfim, além de não estar expressamente legitimado pela norma processual, o recorrente não conseguiu demonstrar interesse jurídico em recorrer do v. parecer emitido por esta Corte, razão pela qual o apelo deve ser rejeitado.

Sendo assim, considero ausentes as hipóteses previstas no artigo 64, incisos I a IV, da Lei Complementar 709/93 e **nego provimento ao agravo** de fls. 303/320, mantendo-se a decisão de 25/11/13 (DOE 27/11/13) pelo indeferimento "in limine" do pedido de reexame interposto.

**RENATO MARTINS COSTA**  
**Conselheiro**